

Superior Tribunal de Justiça

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.691 - MG (2019/0269570-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
REQUERENTE : CRISTIANO STRAPASSON SEVERO (PRESO)
ADVOGADOS : MARCILEY FERNANDES E OUTRO(S) - MG109161
EUGENIO PACELLI DE OLIVEIRA - DF045288
ISABELA DE MOURA OLIVEIRA - MG149413
MATHEUS OLIVEIRA DE CARVALHO - MG171502
ROGERIA MARIA CASTRO DE BELLIS - MG035752
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fl. 843, que indeferiu o pedido de liminar.

O requerente sustenta que "o juízo de primeiro grau reconheceu que as prisões cautelares dos réus (incluindo o paciente) não mais podem subsistir, diante da longa demora jurisdicional no processamento das ações penais" e "registrou expressamente que só deixou de manifestar quanto aos processos já sentenciados por estarem junto ao Eg. Tribunal de Justiça de Minas Gerais" (e-STJ, fl. 894).

Pleiteia "a reconsideração da decisão que indeferiu o pedido liminar para que, em caráter emergencial, seja revogada a prisão preventiva do recorrente, sob pena de grave distorção do instituto das cautelares" (e-STJ, fl. 895).

É o relatório.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, entendo não comprovada, de plano, a mencionada ilegalidade. Assim, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Solicitem-se informações ao Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Esperança/MG, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Após, tornem-me conclusos para julgamento do mérito recursal.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator